

Aussenpolitik

volume 46, n.º 4, 1995

A professora da Universidade de Munique, Gisela Mueller-Brandeck-Bocquet, faz um balanço da vertente europeia dos dois mandatos de François Mitterrand, em «French Policy on Europe during the Mitterrand Era». Nesta análise, a autora destaca que apesar de Mitterrand no início do seu primeiro mandato revelar algum cepticismo relativamente ao processo de integração europeia, com a progressiva tomada de consciência de que a França necessitaria de uma Europa unida – de modo a poder ter uma palavra a dizer na política internacional –, Mitterrand evoluiu nas suas posições. O ponto de viragem ocorreu em 1983, no momento em que se tomou claro que uma política económico-financeira nacional autónoma era impossível. Sem opções credíveis, Mitterrand procura então liderar o processo europeu, procurando desse modo dar prioridade às políticas que diziam directamente respeito à França. Assim se compreende a assinatura em 1985 do Acto Único Europeu (AVE), ao qual a França colocara reservas – em particular ao princípio da maioria –, a revalorização do eixo franco-alemão como motor da integração europeia, a própria União Económica e Monetária (UEM), bem como a Política Externa e de Segurança Comum (PESQ).

Current History

volume 94, n.º 593, Setembro de 1995

A República Popular da China (RPC) é o tema central deste número, no qual se destacam dois artigos, assinados respectivamente por Merle Goldman, «Is Democracy Possible?», e George T. Crane, «Greater China: The Ties That Don't Bind».

Segundo os autores está relativamente generalizada a convicção de que, mais tarde ou mais cedo, a RPC seguirá a via democrática empreendida anteriormente por Taiwan e pela Coreia do Sul. Para Goldman, existem alguns sinais nesse sentido, nomeadamente, a substituição de quadros locais pouco populares por outros dirigentes escolhidos pelos camponeses, e o facto da imprensa beneficiar actualmente de alguma abertura. Porém, ao nível social não parecem estar ainda reunidas todas as condições necessárias ao desenvolvimento da democracia. A classe média, por exemplo, continua a representar menos de 10% da população. Isto não quer dizer que esteja afastada a hipótese de surgir um regime democrático. A democracia, enquanto forma de organização social, poderá fornecer a ordem e a previsibilidade que a descentralização e a regionalização da RPC necessitam. Contudo, conclui Goldman, se a democracia surgir na RPC, certamente não se assemelhará aos modelos adoptados quer pela Coreia do Sul, quer por Taiwan.

George Crane considera ser hoje consensual afirmar que em termos de economia mundial a região mais dinâmica engloba Hong-Kong, Singapura, Macau e a RPC, sendo que o maior desafio ao futuro dessa área consiste na necessidade de conciliar o crescimento económico e as diferenças políticas. As interações económicas, políticas e culturais, revelam aliás precisamente o grau de dificuldade que existe em superar as diversas realidades. Mas a eventual ausência de êxito na conciliação do crescimento económico com a diversidade política, significará uma quebra inaceitável no investimento e no comércio.

Current History

volume 94, n.º 594, Outubro de 1995

A Rússia e as ex-repúblicas soviéticas ocupam por inteiro este número, no qual merece referência o artigo de Marshall 1. Goldman, intitulado «Is This Any Way to Create a Market Economy?». Apesar de um vasto número de indicadores negativos, entre outros o facto de a economia russa continuar a ter uma forte presença do Estado, continuarem a existir demasiados monopólios, ou de prevalecer ainda a dependência relativamente aos subsídios do Estado, ainda é cedo para determinar se a Rússia terá ou não êxito na adopção de uma economia de mercado. Em grande medida, o sucesso depende da forma como evoluir a frustração crescente da população russa, a qual poderá levar à ascensão de forças adversas quer à economia de mercado quer à democracia liberal. Acrescente-se ainda a essas dificuldades o facto de o crime e a corrupção serem dois dos principais entraves ao investimento estrangeiro.

Current History

volume 94, n.º 595, Novembro de 1995

A evolução no pós-Guerra Fria das relações entre a Alemanha, o Japão e os EUA, constitui o tema investigado neste número.

James Kurth, professor de ciência política no Colégio de Swarthmore, em «Germany and the Reemergence of Mitteleuropa», procura avaliar os objectivos da política externa alemã. Segundo Kurth, os alemães não se preparam para proceder à germanização da Europa ocidental, mas procuram fazê-lo relativamente à Europa central. Isso implicará a separação entre a Europa ocidental e a Europa central, mas também a separação entre esta última e as ex-repúblicas da URSS. Por detrás desta actuação política está uma nova Ostpolitik, a qual procura assegurar objectivos económicos e de segurança. As repercussões dessa orientação traduzem-se, por exemplo, na pressão feita junto da UE no sentido de permitir a adesão do chamado grupo de Visegrado e na defesa do alargamento da Aliança Atlântica. Surgem todavia algumas incongruências nesta política, como sejam, o que fazer relativamente aos Estados bálticos

e com a Ucrânia. Estes territórios defendem a sua pertença à Europa central, o que implica dificuldades acrescidas para a Alemanha, no que diz respeito ao estabelecimento de uma fronteira estável quer ao nível económico, quer ao nível da segurança. Mas, independentemente das dificuldades surgidas, a Alemanha será cada vez mais uma potência ligada à emergência da Europa central.

James M. McCormick, professor de ciência política da Universidade Estatal do Iowa, faz um primeiro balanço da política externa norte-americana de Bill Clinton. As conclusões a que chega revelam que Clinton não conseguiu pôr em prática princípios de acção políticos e militares que revelem um rumo e objectivos consistentes, tanto para os EUA como para a comunidade internacional. Para McCormick, a política externa de Bill Clinton parece revelar-se um «interlúdio temporário antes da reemergência de um posicionamento realista na política externa».

Current History

volume 94, n.º 596, Dezembro de 1995

Entre os vários artigos consagrados ao sudeste asiático, um em particular merece a nossa atenção. Em «Suharto's Indonesia: Prosperity and Freedom for the Few», Jeffrey A. Winters, professor de economia política da Universidade de Northwestern, faz um balanço dos cinquenta anos de independência da Indonésia. Salientando as assimetrias existentes na sociedade indonésia, na qual uma minoria absorve a maior fatia dos dividendos do país, Winters chama a atenção para a oportunidade de desenvolvimento económico perdida. Ao contrário da Coreia do Sul e de Taiwan, a Indonésia, apesar de ter registado algum desenvolvimento económico, não conseguiu acompanhar o crescimento obtido por estes dois Estados, embora na década de 60 estivesse nas mesmas condições. Em grande parte, tal deveu-se à enorme corrupção e à natureza ditatorial do regime. A censura e a vigilância dos cidadãos são actos frequentes, tal como são o controlo apertado dos meios de comunicação, dos rituais religiosos, das produções artísticas e das instituições educacionais. Tal demonstra, nas palavras de Winters, que a abertura económica não facilita necessariamente a abertura política. Os EUA têm concentrado todos os seus esforços no sentido de pressionar a Indonésia no sentido da abertura económica, todavia, esta política não tem aberto o caminho para a democracia, mas apenas para os investimentos e para os negócios.

Current History

volume 95, n.º 597, Janeiro de 1996

Leon T. Hadar, investigador no Cato Institute, em «America's Moment in the Middle East», procura definir o sentido na evolução das relações entre os EUA e o Médio Oriente. Hadar considera que a Rússia está a perder a influência que detinha na região e, aparentemente, isso significa que a hegemonia norte-americana estará mais segura do que nunca. Todavia, se analisarmos com maior atenção, torna-se evidente que com a desagregação do sistema bipolar os novos desafios políticos, militares e económicos, poder-se-ão fazer sentir com grande intensidade nessa região. A consequência lógica será um aumento nos custos oriundos da manutenção do status quo, o que implicará uma diminuição no apoio por parte da opinião pública norte-americana, relativamente ao envolvimento dos EUA no Médio Oriente. Nessa altura, a hegemonia norte-americana na região, em virtude da transição política que actualmente se desenrola e de previsíveis alterações domésticas e regionais, será cada vez mais contestada. Só que nesse novo contexto pós-Guerra Fria, contrariamente ao que ocorreu na Guerra do Golfo, nada garante aos norte-americanos que os seus aliados europeus e japoneses os apoiarão.

Ethics & International Affairs

volume 9, 1995

O sistema internacional não conhece valor mais importante do que a soberania dos Estados. Porém, por vezes, torna-se impossível conciliar a soberania dos Estados com a necessidade de intervir na esfera interna dos mesmos, violando essa mesma soberania. J. Bryan Hehir propõe em «Intervention: From Theories to Cases» apresentar algumas propostas no sentido de conciliar precisamente a soberania dos Estados com actuações que violem esse valor. Isto porque a adesão em termos absolutos ao princípio da não intervenção pode levar eventualmente a situações nas quais a comunidade internacional fique imobilizada – apesar da necessidade de intervir –, como são os casos de proliferação nuclear. Situações existem que não podem ser ignoradas e que tomam óbvia a necessidade de rever quer o princípio da soberania, quer o princípio da não intervenção.

Se intervir em caso de genocídio é hoje pacífico, não o são os casos de violações de direitos humanos. Mas, face à necessidade de actuar, Hehir propõe como mecanismo de controlo a eventuais abusos na violação da soberania dos Estados a instauração de autorizações multilaterais.

European Journal of International Relations

volume 1, n.º 4, Dezembro de 1995

Perante o crescente interesse que a relação entre a democracia e a paz tem vindo a suscitar junto dos especialistas em relações internacionais, constata-se que existe um crescimento significativo na investigação respeitante a essa temática. Assim, não surpreende que este número seja dedicado na sua globalidade a esse debate.

Daniele Archibugi aborda, em «Immanuel Kant, Cosmopolitan Law and Peace», o pensamento político de Kant, em particular o papel da democracia representativa e a função do direito cosmopolita. Para Archibugi, é abusivo referir Kant como um pioneiro da ideia de que as democracias não se guerreiam entre si. Esse conceito é o tema que R. J. Rummel, professor da Universidade do Hawaii, desenvolve em «Democracies ARE Less Warlike Than Other Regimes». Segundo Rummel, as democracias são mais pacíficas do que os Estados autocráticos, perspectiva que não é partilhada pela maioria dos investigadores desta matéria que, de uma forma geral, entende que as democracias são tão belicosas como os Estados autocráticos. Este autor considera que quanto maiores forem as probabilidades de uma guerra com elevada mortalidade, em maior número são os constrangimentos internos e psicológicos que restringem a margem de decisão do líder.

Randolph M. Siverson, professor da Universidade da Califórnia, em «Democracies and War Participation: In Defense of the Institutional Constraints Arguments» e Thomas Risse-Kappen, professor da Universidade de Konstanz, em «Democratic Peace – Warlike Democracies? A Social Constructivist Interpretation of the Liberal Argument», analisam as duas explicações para a paz democrática, isto é, se esta resulta da partilha de normas e valores nos sistemas políticos democráticos, ou, alternativamente, se é o resultado dos constrangimentos que recaem sobre os responsáveis políticos no processo de decisão.

Erich Weede, professor da Universidade de Colónia, procura realçar a relação que existe entre o comércio e a democracia. Segundo Weede, o comércio promove a prosperidade, que por sua vez facilita a democracia. O comércio ao promover a prosperidade e a democracia, gera o crescimento da zona de paz democrática. Conclui Weede que, se todas as grandes potências forem democracias, então as grandes guerras fazem parte do passado.

A finalizar este número, Nils Peter Gleditsch, professor da Universidade de Trondheim, através do artigo «Democracy and the Future of European Peace», procura evidenciar o contributo de vários factores para a paz europeia, nomeadamente a dissuasão nuclear, a bipolaridade, a ideologia, um inimigo comum, e a democracia. De todos os factores estudados, aquele que maior consistência tem na explicação da paz europeia é a

democracia. Daí que, aparentemente, tudo aponte para a existência de uma relação entre a democracia e a paz.

Foreign Affairs

volume 74, n.º 6, Novembro/Dezembro de 1995

Os EUA e a Alemanha têm tido perspectivas comuns relativamente às políticas a seguir no pós-Guerra Fria, todavia, tal não acontece no que se refere ao Irão. Como Christopher Lane demonstra em «German's New Ostpolitik», os objectivos são comuns – evitar que o Irão adquira armas nucleares, inviabilizar o apoio da sua parte a acções terroristas, e impossibilitar a sua interferência no processo de paz israelo-árabe –, contudo, os meios que têm vindo a ser utilizados são divergentes. Os EUA têm procurado isolar diplomaticamente o Irão, a Alemanha, através do que designa de «diálogo crítico» («critical dialogue»), procura influenciar a política externa do Irão através do seu investimento e de relações comerciais. Por outras palavras, a Alemanha aplica ao Irão uma «Ostpolitik», na medida em que Kohl acredita ser possível através da sua tecnologia e da sua finança fornecer aos moderados iranianos incentivos que levem à abertura da sociedade iraniana.

Segundo Lane, o Presidente norte-americano Bill Clinton deveria abandonar o rumo actual da política externa dos EUA relativa ao Irão, optando antes por uma estratégia de contenção moderada. Os EUA devem procurar limitar e não pretender abolir os laços económicos que existem entre a Alemanha e o Irão.

Foreign Affairs

volume 75, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1996

Não poderia ser muito mais negativo o balanço que Michael Mandelbaum faz do mandato Clinton em «Foreign Policy as Social Work». A Bósnia, a Somália e o Haiti constituem exemplos de políticas mal delineadas, uma vez que corresponderam às preocupações e aos desejos de grupos específicos nos EUA, em detrimento da grande estratégia de política externa norte-americana. Mas os interesses de grupos privados sobrepuseram-se também ao interesse comum em casos como o Japão, a Rússia e a Coreia do Norte. Clinton, nas palavras de Mandelbaum, permitiu que o interesse nacional fosse sacrificado ao gastar o seu capital político sem contrapartidas óbvias.

Procurando precisamente contribuir para a formulação de uma nova estratégia global norte-americana, Robert S. Chase, Emily B. Hill e Paul Kennedy, defendem em «Pivotal States and U.S. Strategy», que os EUA devem dar prioridade ao seu relacionamento com a Europa, o Japão, a China e a Rússia, mas têm também de ter em conta a manutenção da estabilidade em alguns Estados em vias de desenvolvimento, uma vez que

a existência de instabilidade nesses países afecta toda a região circundante. Por outras palavras, Chase, Hill e Kennedy estão a trazer uma vez mais para o contexto actual a teoria dos dominós. Só que, desta vez, a ameaça não vem do exterior através da agressão comunista, mas sim da desordem interna, como, por exemplo, o crescimento descontrolado da população, as migrações, a degradação do meio ambiente, os conflitos étnicos ou a instabilidade económica. A instabilidade regional e global que possam desencadear é o que realmente define estes Estados, embora uma população excessiva e uma localização geográfica importante também sejam determinantes para a categorização destes actores. Segundo Chase, Hill e Kennedy, são exemplo desta realidade o Brasil, o México, a África do Sul, a Índia, a Turquia, o Paquistão, a Indonésia, a Argélia e o Egito.

Foreign Policy

n.º 101, Inverno de 1995/96

Em dois artigos, William G. Hyland, «A Mediocre Record» e Richard H. Ullman, «A Late Recovery», avaliam o mandato de Bill Clinton. As duas perspectivas não são muito positivas, mas Hyland considera o desempenho de Clinton pior do que Ullman. A forma como tem sido conduzida a questão da Bósnia é o pior na presidência de Clinton, segundo Hyland, tal como o havia sido a intervenção na Somália, enquanto que, segundo Ullman, o ostracismo a que foi sujeito o continente africano é o pior do mandato de Clinton. Para Ullman, os aspectos políticos mais positivos têm sido o tratamento da questão coreana e a não proliferação em geral. Na opinião de Hyland, o destaque vai para a política adoptada no Médio Oriente. O investigador do Woodrow Wilson International Center, Jonathan Clarke, procura redefinir e reavaliar o papel dos EUA em «Leaders and Followers». A liderança norte-americana como foi exercida ao longo da Guerra Fria, não é viável neste novo ciclo internacional. Tal não significa que se deva abandonar uma posição internacionalista, pelo contrário, os EUA continuam a ser o garante da ordem global, mas têm de ter em conta o novo quadro de recursos e fins a realizar. Com isto, Clarke não pretende afirmar que os Estados Unidos estão em declínio. Contudo, será necessário alterar algumas práticas políticas. Os norte-americanos devem esperar que a sua liderança seja questionada, necessitando assim de alterar as suas atitudes, assim como se torna obrigatório encontrar formas de tornar universais os seus objectivos. No que diz respeito aos seus aliados também eles têm de se adaptar. Estes têm de assumir uma fatia maior dos encargos de defesa e de reconhecer a sua própria responsabilidade na estabilidade regional e global.

International Affairs

volume 71, n.º 4, Outubro de 1995

O professor da Universidade de Oxford, Michael Howard, em «1945-1995: Reflections on Half a Century of British Security Policy», conclui que a Grã-Bretanha encerrou o ciclo iniciado em 1941, caracterizado pela cooperação intensa com os EUA. Depois dos sucessivos reajustes ao longo da Guerra Fria, entre as aspirações da política externa britânica e as suas capacidades efectivas, Howard entende ter chegado o momento de rever essa aliança estratégica. E certo que a NATO continuará a ser o veículo preferencial de ligação entre a Europa e os EUA, mas essa aliança, como o veio a demonstrar o conflito na ex-Jugoslávia, terá de ser revista. As orientações norte-americanas estão claramente influenciadas pelo clima interno dominante de isolacionismo e unilateralismo. Resta assim à Grã-Bretanha apoiar

a Identidade Europeia de Segurança e Defesa, privilegiar uma Europa segura, forte, e estável, porque esses serão os meios pelos quais os britânicos conseguirão obter a sua própria força, estabilidade e segurança.

Em «International Relations and Its Discontents», Fred Halliday, professor da London School of Economics and Political Science, aborda primeiramente os critérios que tornam a disciplina viável, depois analisa os dois desafios mais recentes a que as relações internacionais tiveram de fazer face, a globalização e a queda do comunismo. Halliday, após ter analisado essas duas situações, termina reafirmando a validade da disciplina e do seu estudo.

Paul Krugman defende no artigo que ele próprio caracteriza como revelando algum cinismo, «Cycles of Conventional Wisdom on Economic Development», a necessidade do estudo rigoroso da teoria económica e da evidência empírica. A «sabedoria» convencional aplicada ao desenvolvimento económico, apesar de por vezes parecer suportada pela evidência empírica, deve mesmo assim ser testada. Se olharmos para a história contemporânea trinta a quarenta anos atrás, vemos ter existido na altura a convicção de que o desenvolvimento económico teria inevitavelmente de passar pela intervenção do Estado...

International Affairs

volume 72, n.º 1, Janeiro de 1996

Através do artigo «Germany in the European Union: Gentle Giant or Emergent Leader?», Simon Bulmer, professor da Universidade de Manchester e William E. Paterson, professor da Universidade de Birmingham, procuram encontrar algumas pistas para o futuro da Alemanha no contexto actual europeu, o mesmo se passando com Josef Janning, director do programa de investigação europeia da Universidade

Ludwig-Maximilians, através do artigo «A German Europe – A European Germany? On the Debate Over Germany's Foreign Policy».

Segundo Janning, existem diversas perspectivas quanto à posição a adoptar pela Alemanha na UE, cada uma delas com diferentes implicações. Este autor defende uma aproximação integracionista. Deverá ocorrer uma maior integração e uma atribuição de maiores responsabilidades à Alemanha. No que se refere à liderança da UE, esta deverá ser da responsabilidade dos Estados que estejam numa fase do aprofundamento europeu mais avançada. Na opinião de Janning, a adopção desta perspectiva integracionista permitirá novas possibilidades de participação activa e uma maior integração.

Para Bulmer e Paterson, a redefinição europeia após 1989 veio recolocar a Alemanha geograficamente no centro da Europa, daí que não seja uma surpresa a posição favorável por parte da Alemanha à adesão dos Estados de Visegrado à UE. Esta realidade explica, também, o aprofundamento do eixo franco-alemão e a preferência pela utilização deste canal como meio privilegiado para lançar as iniciativas alemãs. Bulmer e Paterson analisam essa opção e concluem que a Alemanha não pretende a curto prazo tomar para si a liderança do projecto europeu.

International Organization

volume 49, n.º 4, Outono de 1995

Alexander Wendt e Daniel Friedheim, respectivamente professor de ciência política da Universidade de Yale e professor do Colégio de Dartmouth, propõem-se demonstrar, em «Hierarchy Under Anarchy: Informal Empire and the East German State», como normas e regras legítimas, mesmo sem uma autoridade central que assegure o seu cumprimento, condicionam e influenciam o comportamento dos Estados. Para os autores, nem o neo-realismo, nem o neoliberalismo fornecem uma explicação adequada para este fenómeno. Qualquer uma dessas duas teorias privilegia em excesso o papel da soberania dos Estados. Segundo Wendt e Friedheim, existem estruturas de autoridade que têm capacidade para influenciar o processo de elaboração das identidades e dos interesses.

International Political Science Review

volume 17, n.º 1, Janeiro de 1996

Aparentemente, as posições adoptadas pelos líderes de opinião ao nível da política doméstica não têm qualquer relação com as suas atitudes nas questões de política externa norte-americana. Ole R. Holsti, professor da Universidade de Duke e James N. Rosenau, professor da Universidade George Washington, demonstram precisamente o contrário. No seu artigo intitulado «Liberals, Populists, Libertarians, and Conservatives:

The Link Between Domestic and International Affairs», Holsti e Rosenau demonstram como a ideologia assumida ou o partido político escolhido, permitem antecipar as preferências em termos de política externa. Os liberais são majoritariamente democratas e os conservadores são na sua maioria republicanos. Mas, apesar dos consensos visíveis, as divisões ideológicas e partidárias têm vindo a acentuar-se. Finda a Guerra Fria, não existe ainda nem um consenso relativamente à nova divisão de poderes no sistema, nem no que diz respeito ao papel dos EUA na nova ordem emergente. A nível interno ocorre o mesmo fenómeno de incapacidade em gerar consensos, nomeadamente nas questões sociais. Segundo os autores, esta tendência, que era já visível nas duas últimas décadas, com o fim da era bipolar parece ter vindo a acentuar-se.

International Security

volume 20, n.º 2, Outono de 1995

No estudo das causas da guerra, a guerra preventiva definida como aquela em que um Estado ataca primeiro o seu adversário porque acreditava que este o iria atacar, tem um largo destaque como sendo uma das principais explicações da eclosão de conflitos. Dan Reiter, professor da Universidade de Harvard, contesta, em «Exploding the Powder Keg Myth: Preemptive Wars Almost Never Happen», esse pressuposto visto que no período de 1816 a 1980 encontra apenas três exemplos de guerras preventivas - a I Guerra Mundial, a intervenção chinesa na guerra da Coreia, e a guerra israelo-árabe de 1967. As explicações que encontra para essa raridade são os elevados custos políticos que implica, e porque a sua possível eminência facilita desde logo a resolução pacífica dos diferendos.

Marc A. Levy, no artigo «^{Is} the Environment a National Security Issue?», analisa a tese de que a degradação global do ambiente é uma ameaça à segurança dos EUA, ou seja, que os norte-americanos devem recear a eventual proliferação de conflitos políticos motivados por perigos ambientais. Levy questiona a validade desta tese na medida em que os problemas ambientais que afectam os EUA se resumem ao buraco na camada de ozono e às alterações climáticas. Todos os outros têm tido manifestações em regiões que não põem em causa interesses directos norte-americanos. Deste modo, relacionar assuntos de foro ambiental com a segurança nacional norte-americana é errado.

Henry S. Farber e Joanne Gowa, «Policies and Peace», e Ido Oren, «The Subjectivity of the 'Democratic' Peace: Changing U.S. Perceptions of Imperial Germany», juntam mais alguns argumentos contra a validade da proposição referente à paz interdemocrática.

Farber e Gowa explicam porque é que a paz interdemocrática é um fenómeno significativo apenas após 1945, um fenómeno da Guerra Fria, enquanto que Oren contesta a própria definição de Estado democrático ou não democrático. As definições não são objectivas, antes sofrendo da carga

valorativa de quem as realiza. Afirma Oren ser curioso repararmos que as democracias são sempre os nossos aliados, e as não democracias os nossos inimigos. Farber e Gowa demonstram como estatisticamente é irrelevante a relação entre a democracia e a guerra até 1914. As probabilidades de ocorrer um conflito entre Estados democráticos eram quase nulas, devido ao número reduzido de democracias e de guerras. Por outro lado, durante a Guerra Fria a paz foi o resultado não de políticas comuns mas sim de interesses partilhados. Concluem os dois autores afirmando que face às insuficiências do argumento da - paz interdocrática, o objectivo da política externa norte-americana de promover a democracia para assim diminuir a conflitualidade constitui um erro.

International Security

volume 20, n.º 3, Inverno de 1995/96

Alguma vez existiu uma ameaça comunista unificada que fizesse frente aos EUA durante a Guerra Fria? Ou os norte-americanos interpretaram mal as posições defensivas e cautelosas por parte da URSS, considerando-as como sendo reveladoras de tendências expansionistas?

Douglas J. Macdonald, professor da Universidade de Colgate, procura responder ou pelo menos clarificar estas questões em «Communist Bloc Expansion in the Early Cold War Challenging Realism, Refuting Revisionism». Para Macdonald, as interpretações tradicionais elaboradas durante a Guerra Fria, segundo as quais o bloco comunista era expansionista, tudo indica serem afinal correctas. O acesso a documentos oriundos de países da ex-Europa de Leste que anteriormente eram inacessíveis veio ajudar a comprová-lo. O bloco comunista pretendeu expandir-se sob o comando da URSS, sempre que existiram vácuos políticos e de poder. Em grande medida, a URSS foi dissuadida de o fazer sempre que encontrou a oposição dos EUA, assente numa política coerente de contenção. Nas regiões onde a contenção não foi suficientemente clara, como foi o caso da Ásia e da China em particular, os comunistas, sob orientação de Moscovo, expandiram a sua esfera de influência. Macdonald faz, por outras palavras, uma crítica aos pressupostos revisionistas e pós-revisionistas de análise relativamente às origens da Guerra Fria, reafirmando a validade da interpretação tradicionalista.

Stephen D. Krasner, professor da Universidade de Stanford, através do seu estudo intitulado «Compromising Westphalia», questiona o modelo de Vestefália, isto é, defende a tese de que a soberania nunca foi um valor absoluto e inquestionável, bem pelo contrário. Compromissos vários têm ocorrido, nomeadamente através de convenção, contrato, coerção e imposição, que violam a soberania dos Estados. E essa é sempre uma opção possível na medida em que não existe uma estrutura de autoridade que a inviabilize. Contrariamente à tendência actualmente dominante,

Krasner salienta precisamente que nunca existiu uma era dourada do Estado soberano. Os mais fracos sempre assistiram ao desrespeito pela sua soberania. Mas isso não é necessariamente negativo; situações existem onde poderá ser considerada útil a violação dos princípios oriundos de Vestefália.

Journal of Democracy

volume 6, n.º 2, Abril de 1995

Václav Havel, «Democracy's Forgotten Dimension», debate o choque civilizacional que, segundo Samuel Huntington, potencialmente poderá vir a marcar os próximos anos. Havel considera que não se pode falar de um choque civilizacional, mas sim em choques culturais ou de áreas civilizacionais («spheres of civilization»). E isso resulta da crescente globalização mundial a qual toma cada vez mais

os cidadãos conscientes das diferenças existentes entre si, situação que foi agravada com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, assim como com o desmoronamento dos regimes comunistas. A solução para este problema parece passar pela promoção de valores ocidentais tais como a democracia, os direitos humanos, a sociedade civil e o mercado livre. Contudo, a democracia tem cada vez mais dificuldade em responder às necessidades das populações. Isto porque, segundo Havel, as democracias têm uma outra faceta que parece esquecida que é uma dimensão espiritual e que une quer as diferentes culturas, quer a humanidade em geral. É esse «esquecimento» que explica o materialismo dominante nas sociedades ocidentais, a crise de autoridade, e a relativização das normas morais. Porém, todos estes fenómenos não têm as suas raízes na democracia, mas sim numa prática incompleta da democracia. O artigo «Confucianism and Democracy», de Francis Fukuyama, investigador da RAND Corporation, apresenta a tese de que entre o confucionismo e a democracia não existem incompatibilidades. O confucionismo reforça uma distribuição relativamente equitativa da riqueza, acentua a necessidade de possibilitar às populações níveis educacionais que permitam aumentar a riqueza e, por último, revela um grau de tolerância relativamente à diversidade. Ora, segundo Fukuyama, qualquer uma destas características é comum à democracia.

Journal of Democracy

volume 6, n.º 3, Julho de 1995

Qual a relação existente entre a democracia e as questões ecológicas é o tema focado por Rodger A. Payne, professor de ciência política da Universidade de Louisville, em «Freedom and the Environment».

Actualmente existem autores que defendem a perspectiva de que as democracias não protegem o meio ambiente, por um lado devido aos vastos interesses económicos que geram, por outro, em virtude da

necessidade constante de desenvolvimento económico. Por outras palavras, Payne reconhece que numa primeira abordagem da questão possa parecer que as questões ambientais não encontram espaço de afirmação nas sociedades democráticas.

Contudo e apesar da relação entre a democracia e a ecologia não estar ainda suficientemente aprofundada, os regimes democráticos revelaram e continuam a revelar uma maior preocupação com o meio ambiente do que as sociedades comunistas.

Para Payne, contrariamente ao que afirmam certos autores, são as democracias quem mais se preocupa e quem melhor defende o meio ambiente por motivos vários. Em primeiro lugar, esse facto resulta da possibilidade que os cidadãos têm em se manifestar livremente e fazer passar a informação relativa a essas mesmas questões. Uma segunda característica refere-se à responsabilização resultante dos regimes democráticos, isto é, os governos democráticos estão sujeitos ao voto dos seus cidadãos. Em terceiro lugar, quer os cidadãos, quer os governantes de Estados democráticos têm mais probabilidades de tirar as devidas ilações dos êxitos e dos fracassos no tratamento das questões ecológicas, do que os cidadãos e os governantes de Estados não democráticos. Por exemplo, quando uma democracia obtém um determinado sucesso na diminuição dos riscos para o meio ambiente, provavelmente outras democracias irão copiar as soluções adoptadas por este Estado democrático. Outra característica que explica a tendência das democracias para terem em conta o meio ambiente está relacionada com o internacionalismo. As democracias apoiam e promovem o papel das organizações internacionais, bem como favorecem a cooperação entre Estados enquanto meio preferencial para resolver problemas que se manifestam de uma forma global. Por último, o facto de as democracias adoptarem o mercado livre enquanto princípio económico fundamental, origina que quando os mercados entendem ter vantagem em assumir políticas ambientalistas, seja essa a sua tendência natural.

Journal of Democracy

volume 7, n.º 1, Janeiro de 1996

Adam Przeworski, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub e Fernando Limongi, no seu artigo conjunto «What Makes Democracies Endure?», apresentam um estudo que se insere no debate gerado pela teoria da modernização oriunda da década de 60. Em linhas gerais, esta teoria defendia que um regime ditatorial, ao gerar desenvolvimento, criava as condições para o surgimento de regimes democráticos estáveis. Entre as múltiplas variáveis consideradas – a desigualdade de rendimentos, o clima internacional, o desempenho económico, a aprendizagem política, o efeito das instituições –, os autores consideram que os factores económicos são os mais determinantes na continuidade dos regimes

democráticos, embora não deixem de mencionar a importância das instituições políticas e dos factores internacionais. Com isto não querem dizer que a democracia só tem hipóteses de êxito nos países mais ricos. Se os Estados mais pobres conseguirem gerar crescimento económico e atenuar as desigualdades, então também eles poderão ser democracias estáveis e duradouras, embora, obviamente, tenham de enfrentar mais obstáculos.

Journal of Peace Research

volume 32, n.º 4, Novembro de 1995

Em «The Present as a Historic Turning Point», Barry Buzan, professor da Universidade de Westminster, procura definir o momento histórico actual, focando em especial os aspectos político e económico. Buzan entende ter-mos chegado a um momento de viragem histórica, o qual marca não só o fim da Guerra Fria, mas mais importante, «a ascensão e queda do Ocidente». A civilização ocidental parece ser ainda dominante, mas isso é uma ilusão, resultante do facto da validade dos ideais parecer prolongar-se para além das civilizações que os elaboram. O «futuro do Ocidente» ficou delineado a partir do momento em que deixou de existir uma sobreposição entre a economia e o Estado, em que as democracias e as potências industriais dominantes abandonaram a possibilidade de recorrerem à guerra e, ainda, quando se decidiu privilegiar uma organização do sistema internacional de tipo multicultural.

Keith Jagers e Ted Robert Gurr apresentam uma nova versão do anterior Polity II Data – Polity III Data –, modelo que permite avaliar mediante determinados critérios, o grau de democraticidade de um Estado. O artigo de Jagers e Gurr intitula-se «Tracing Democracy's Third Wave with the Policy III Data». Recorde-se que os modelos elaborados por Gurr têm sido frequentemente utilizados pelos diversos autores que apoiam ou criticam a validade da argumentação relativa à paz interdemocrática.

Meridiano CERI

n.º 5, Setembro de 1995

Martín Ortega, professor da Universidade de Salamanca, em «El Principio del Fin de la Guerra Yugoslava», aborda o momento actual do conflito balcânico. No estudo que efectua, conclui ter surgido uma «janela de oportunidade» com os recentes fracassos militares dos sérvios-bósnios, os quais vieram dar lugar a um certo equilíbrio militar. Igualmente importante, para que essa oportunidade dê lugar ao fim do conflito, será o papel da comunidade internacional, a qual terá de continuar a contribuir, quer com as pressões que exerce, quer com acções multilaterais que efectua. O futuro da Aliança Atlântica surge abordado por Stephen Larrabee, em «La Ampliación de la OTAN: Políticas y Dilemas». Decidido

que está o alargamento da NATO desde a Cimeira de Bruxelas em 1994, falta definir os passos rumo ao alargamento. Larrabee elabora três aproximações alternativas – «expansão evolucionária», «promover a estabilidade» e «resposta estratégica» – à integração do chamado Grupo de Visegrado. Analisados os prós e os contras de cada uma destas três opções, Larrabee refere ser igualmente importante procurar obter o apoio russo para o alargamento da NATO, bem como a elaboração de uma estratégia que reforce a independência ucraniana, evitando no entanto dar lugar a uma nova divisão da Europa, desta vez na fronteira polaco-ucraniana.

A Aliança Atlântica dos anos 90, para além de segurança e estabilidade, deverá fornecer aos Estados da Europa centro-oriental o espaço no qual se possam integrar e os meios que lhes permitam ultrapassar as rivalidades geopolíticas.

Meridiano CERI

n.º 6, Novembro de 1995

A conferência de Barcelona, que se realizou no final de Novembro e que reuniu os Estados membros da UE, os Estados do Norte de África e do Médio Oriente, constitui o tema focado por Jesús A. Núñez Villaverde e Bichara Khader, em «La Asociación Euro-Mediterránea, una Base de Partida». A conferência deveria procurar criar «uma zona euromediterrânica de estabilidade política e de segurança», nomeadamente através da instauração do comércio livre. Para isso tornar-se-ia necessário, segundo Villaverde e Khader, criar um clima de confiança mútua o qual posteriormente permitiria desencadear um processo de controlo de armamentos e de progressivo desarmamento. Refira-se que estes objectivos delineados pelos autores vieram a ficar consagrados na declaração final subscrita pelos 27 países participantes.

Millennium

volume 24, n.º 1, Primavera de 1995

Segundo o artigo «Constructing Peace and War: An Analysis of the Power of Ideas to Shape American Military Power», de Edward Rhodes, professor de relações internacionais da Universidade de Rutgers, o poder militar é o resultado de uma realidade cultural. São as ideias e não os interesses que determinam os comportamentos. A política de defesa norte-americana é o reflexo disso mesmo. No caso do poder naval, Rhodes explica como a sua utilização é influenciada pela construção teórica dominante na política externa. É importante saber qual dos paradigmas é o dominante, se o liberal, se o realista, e se os mesmos assumem uma postura isolacionista ou internacionalista.

Millennium

volume 24, n.º 2, Verão de 1995

Karen T. Litfin, professora no departamento de ciência política da Universidade de Washington, em «Framing Science: Precautionary Discourse and the Ozone Treaties», estuda o papel das comunidades epistémicas – conjunto de peritos que têm em comum não só um objectivo mas também conhecimento especializado – e a forma como esse conhecimento se transforma em poder. Utilizando no seu estudo os tratados de protecção da camada de ozono, Litfin procura avaliar o seu efeito de prevenção e a forma como são gerados consensos nessas matérias. O conhecimento promove a cooperação quando permite aos Estados obterem a realização dos seus interesses materiais. Mas não se limita a promover apenas a cooperação. Segundo Litfin, na relação entre a ciência e a política, a ciência politiza--se e a política assume alguma cientificidade.

Orbis

volume 39, n.º 4, Outono de 1995

Jim Lederman procura realçar os factores que levaram ao processo de paz no Médio Oriente, através de uma perspectiva não geopolítica. Em «Economics of the Arab-Israeli Peace Process», Lederman aponta os factores económicos que na sua perspectiva contribuíram para a vontade de estabelecer a paz. Foca, em particular, a grave crise económica da qual são vítimas a Jordânia e a OLP, as considerações económicas que levaram Israel a querer mais ainda a paz e, por outro lado, os motivos também eles económicos que levaram a Síria e o Hamas a não desejar essa mesma estabilidade. A paz implicará para estes dois actores uma ruptura dos mecanismos de controlo político e social. Segundo Lederman, no caso do movimento Hamas, existe um interesse fundamental numa economia incapaz de funcionar convenientemente. Essa realidade origina uma janela de oportunidade que o Hamas ocupará, prestando às populações serviços semelhantes à segurança social, saúde e educação. Os custos são diminutos, mas, na perspectiva da organização, os benefícios são substanciais, uma vez que lhes permitem colocar as populações na sua dependência. Paralelamente, os eventuais fracassos na capacidade de satisfazer as expectativas das populações são sempre atribuíveis a Israel.

Política Exterior

volume IX, n.º 47, Outubro/Novembro de 1995

Rafael Arias-Salgado, membro do Partido Popular espanhol, em «La Política Europea de España y Ia Conferencia Intergubernamental de 1996», embora não coloque em causa a permanência da Espanha na União Europeia (UE), questiona todavia as opções políticas em matéria europeia do PSOE. Este último partiu do pressuposto errado de que com a inserção na UE, o aparelho produtivo espanhol seria automaticamente competitivo, não teve consciência dessa debilidade e não exigiu prazos mais alargados de protecção relativamente aos produtos comunitários, não salvaguardou mecanismos de protecção do mercado interno, e vinculou a peseta ao Sistema Monetário Europeu (SME) em tempo e forma inoportunos, para citar apenas algumas das várias críticas feitas por Arias-Salgado.

A Espanha, na Conferência Intergovernamental de 1996, deve apoiar um debate que conduza, à definição de interesses europeus permanentes e de objectivos concretos no que diz respeito à relação transatlântica, à área mediterrânica, à relação ibero-americana e à associação com a Rússia. Se existir a garantia de que os espaços ibero-americano e mediterrânico farão parte dos interesses básicos da UE, então inevitavelmente a opinião pública espanhola demonstrará solidariedade por problemas, crises e conflitos, que sejam histórica, cultural e geograficamente distantes.

Política Exterior

volume IX, n.º 48, 1995/96

O chefe do governo espanhol, Felipe González, tece algumas considerações sobre o posicionamento que a Espanha deve assumir relativamente ao futuro da UE. Em «Pilotar Europa Hacia su Rumbo», González chama a atenção para a necessidade de rever o funcionamento das instituições europeias, com o intuito de melhorar a sua eficácia, de lhe conferir maior transparência, maior democraticidade e, ainda, com o objectivo de incorporarem as novas realidades resultantes do alargamento, o qual constitui uma obrigação «moral, histórica e geopolítica». Por outro lado, salienta o seu empenho no êxito da terceira fase da UEM, mas, paralelamente, a necessidade de cooperar com os países pertencentes à bacia do Mediterrâneo, na medida em que a «Europa não pode ser uma ilha de riqueza e bem-estar rodeada de pobreza, miséria e instabilidade». Na vertente militar, sem colocar em causa o papel da NATO na segurança europeia, González chama a atenção para a necessidade de desenvolver a identidade europeia de defesa, de modo a ser possível uma política comum de defesa e mais tarde, eventualmente, uma defesa comum. Tudo isto porque, nas suas

palavras, à Espanha interessa-lhe «uma maior integração europeia e em particular da UE».

Political Science Quarterly

volume 110, n.º 1, Primavera de 1995

Annette Baker Fox chama a atenção em «Environment and Trade: The NAFTA Case», para o facto de ter sido estabelecida a ligação entre questões ambientais e questões comerciais, entre os EUA, o Canadá e o México. Através do acordo NAFTA, os seus membros privilegiaram programas de cooperação e a discussão conjunta de problemas. Tal é inovador, pois para a parte mais fraca, aparentemente não existe qualquer interesse em ficar ainda mais vulnerável perante a parte mais forte. Todavia, para a autora, este acordo faz uma aproximação aos problemas ambientais de uma nova perspectiva. Ao considerar a prática desleal da redução nas exigências ambientais como um factor interno da organização e destacar a necessidade de promover o cumprimento das regras aceites, Baker Fox entende que o *lin kage* entre o ambiente e o comércio tem elevadas possibilidades de se institucionalizar e de ter êxito.

Political Science Quarterly

volume 110, n.º 2, Verão de 1995

Qual foi o contributo da dissuasão nuclear ao longo da Guerra Fria, é o que se propõem avaliar Richard Ned Lebow, professor da Universidade de Pittsburgh e Janice Gross Stein, professora da Universidade de Toronto. Baseando-se para executarem este trabalho – «Deterrence and Cold War» – no seu livro conjunto, Lebow e Stein tomam como objectos de análise a crise dos mísseis de Cuba e a guerra de Yom Kippur. Os autores chegam à conclusão de que nem os defensores da dissuasão, nem os seus críticos, realmente captam a sua efectiva utilidade. Os defensores da dissuasão não se apercebem das suas consequências, isto é, das consequências resultantes da existência de uma estratégia dissuasora, ao passo que os seus críticos ignoram por vezes os constrangimentos e o efeito de contenção que a dissuasão provocou.

Political Science Quarterly

volume 110, n.º 3, Outono de 1995

As conclusões do estudo «Is American Foreign Policy Exceptional? An Empirical Analysis», efectuado por Joseph Leggold, professor da Universidade de Georgetown e Timothy McKeown, professor da Universidade de North Carolina, apontam no sentido de a política externa

norte-americana não ser caracterizada por um comportamento excepcional. Estudando em particular na história norte-americana as participações em alianças, as mudanças na representação diplomática e as somas despendidas em armamentos, Leppgold e McKeown concluem afinal que a política externa dos EUA não difere em muito da política externa de outros Estados. Existe por vezes uma justificação diferente para as decisões tomadas em termos de política externa daquela que outros Estados adoptam. Contudo, a execução dessa mesma política externa obedece à «raison d'état» como em qualquer outro Estado. Tal, ou revela uma contradição entre o que os cidadãos pretendem como política a adoptar e as acções das diversas administrações norte-americanas ou, alternativamente, não existe contradição uma vez que a justificação dada não vincula o comportamento dos decisores norte-americanos. Se esta última hipótese estiver correcta, então o que de facto acontece é que os líderes norte-americanos segmentam a sua mensagem em função da audiência, sem que isso os vincule à execução desse mesmo discurso.

Politique Étrangère

ano 60, n.º 2, Verão de 1995

Jean Pisani-Ferry, em «L'Europe à Géométrie Variable: Une Analyse Économique», debate o actual estado de integração da União Europeia (UE), e em especial ao nível da União Económica e Monetária (UEM). Uma «integração diferenciada» parece inevitável, apesar dessa opção conter riscos. Desde logo, esse rumo levanta algumas questões, nomeadamente, como fazer coexistir diferentes níveis de integração, como tornar compatíveis os interesses dos diversos participantes, e como gerir no tempo este processo.

Segundo Pisani-Ferry, a evolução de forma homogénea da UE deixou de ser possível, resta construir uma Europa de «geometria variável», a qual terá de ser obrigatoriamente viável e economicamente eficaz. Tal, aliás, não é um problema, visto que a integração monetária é por natureza uma construção de «geometria variável», isto porque os seus custos e benefícios dependem fortemente das características e das políticas dos diversos Estados. Nessa medida, o dilema de integrar ou aprofundar, constitui um falso dilema. O conceito organizador dessas duas realidades será a «integração diferenciada», até porque a Europa «à la carte» não tem viabilidade. Contudo, a «geometria variável» afectará tanto aqueles Estados que decidirem ficar de fora como aqueles que optem por participar. Acrescente-se ainda que os benefícios da integração não serão uniformemente repartidos. Deste modo, por vezes a cláusula de «opting out» poderá ser benéfica, se equacionarmos a relação entre os benefícios e os custos.

No que se refere à UEM, a renúncia à autonomia monetária terá de ter em conta não só os critérios de convergência, mas também, de acordo com Pisani-Ferry, a ponderação das assimetrias estruturais, a estrutura produtiva, e o tipo de especialização internacional dos Estados. Por outras palavras, a UEM só será possível se os custos que ela envolve assim o permitirem.

Hanns W. Maull, professor de relações internacionais e de política internacional da universidade alemã de Trèves, no artigo «Allemagne et Japon: Deux Pays à Suivre», salienta as semelhanças entre esses dois Estados em termos de política externa, os quais considera os grandes vencedores da Guerra Fria. Alemanha e Japão serão obrigatoriamente os Estados fornecedores de segurança e estabilidade nos respectivos continentes, nomeadamente através da utilização de instituições multilaterais.

Politique Étrangère

ano 60, n.º 3, Outono de 1995

Este número é inteiramente dedicado à dissuasão e à não-proliferação, após a realização em Maio da conferência de Nova Iorque da qual resultou a decisão que estabelece o prolongamento sem uma data limite do Tratado de Não-Proliferação (TNP).

«La Non-Prolifération Vue de la Russie» apresenta o ponto de vista russo nestas matérias, o qual advoga que «uma redução ulterior de armamentos nucleares e clássicos por parte da Rússia», irá estar dependente obrigatoriamente da decisão de alargar a NATO aos países da Europa centro-oriental e ex-URSS. Segundo Alexandre G. Savelyev, existem fortes defensores quer no governo quer no parlamento, no sentido de que se a NATO se estender a países que anteriormente pertenciam à esfera de influência soviética ou à própria URSS, então o processo de desarmamento nuclear deve ser interrompido e a Rússia deve aumentar o seu potencial bélico.

A posição francesa nessa mesma conferência é analisada por Michel Duclos em «La Conférence de Prorogation du TNP et les Questions de Désarmement Nucléaire». A tomada de consciência progressiva por parte da comunidade internacional do risco actual no sentido da proliferação, não deixou indiferente a França, que desde 1991 levantou as suas reservas relativas à adesão ao TNP. Duclos refira-se que é o vice-director da pasta relativa ao desarmamento no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês e obviamente que considera a campanha de testes franceses no atol de Mururoa como sendo compatível com o Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT), fixado pela comunidade internacional para entrar em vigor em 1996. Acrescente-se que a conferência de Nova Iorque marca, segundo Duclos, uma nova era de «multilateralismo nas questões nucleares (...) um instrumento

significativo para pôr em prática uma nova ordem internacional – ou pelo menos para reduzir a desordem mundial».

Alain Juppé expressa, em «La Dissuasion Nucléaire dans le Nouveau Contexte International», igualmente a convicção na legitimidade que assiste à França em realizar os testes nucleares de Mururoa, antes da instauração em 1996 do CTBT.

Revista de Estudios Asiáticos

n.º 1, Julho/Dezembro de 1995

A Universidade Complutense, através do Instituto Complutense de Ásia, iniciou a publicação de uma revista consagrada aos problemas desse continente.

Neste número, Philippe Régnier, através do artigo «Nueva Situación Geopolítica en el Sudeste de Asia de la Posguerra Fria», procura avaliar os efeitos resultantes do final da Guerra Fria na situação geopolítica da Ásia oriental. Régnier constata que EUA, China, Japão e Índia irão ser nos próximos anos as principais potências a influenciar em grande medida a evolução da região, quer seja em situações de conflitualidade, quer em casos de cooperação. Por outro lado, o fim do bloco de Leste e do comunismo irá permitir também uma maior autonomia interna e regional por parte dos Estados asiáticos, assim como a abertura da Indochina dará lugar pela primeira vez no sudeste asiático a uma crescente estabilidade e segurança. Régnier considera ainda que a crescente valorização da ASEAN e o seu alargamento a outros Estados terá nos próximos vinte anos como consequência uma inversão provável das hierarquias na região. A partir dessa altura passarão a ser os Estados locais e não países exteriores quem deterá um papel determinante relativamente ao futuro da região.

Survival

volume 37, n.º 3, Outono de 1995

Em que medida estão os alemães dispostos a suportar os custos das novas responsabilidades globais? E os aliados da Alemanha estão preparados para conceder-lhe um novo estatuto mais activo e assertivo na Europa Central? Com estas duas interrogações, Franz-Josef Meiers inicia a sua reflexão intitulada «Germany: The Reluctant Power», com a qual procura situar a Alemanha no pós-Guerra Fria. Conclui todavia que nem os alemães encontraram ainda o seu lugar na Europa e no sistema internacional, nem os seus parceiros europeus se adaptaram também aos novos equilíbrios emergentes. A política externa alemã tem ainda de ultrapassar vários constrangimentos estruturais internos e externos, se desejar assumir um papel militar ao nível internacional mais adequado ao seu peso económico e político. Primeiramente, a Alemanha tem de

conciliar as expectativas externas com o nível de preparação interna, de modo a poder assumir o seu novo papel internacional. Depois, terá de convencer os seus parceiros de que realmente é um verdadeiro «aliado de liderança». Mas, para evitar erros de percepção, Meiers entende que a Alemanha terá de prosseguir os seus objectivos dentro do quadro euro-atlântico e evitar iniciativas unilaterais. No que se refere aos seus aliados, estes têm também de alterar as suas atitudes relativamente aos alemães e interrogar-se a si próprios, sobre que tipo de liderança alemã estão dispostos a aceitar como legítima e necessária, como meio para promover a segurança e a estabilidade europeias do pós-Guerra Fria.

Leszek Buszynski, em «Rússia and the West: Towards Renewed Geopolitical Rivalry», aborda a luta interna entre os nacionalistas conservadores russos e os grupos pró-ocidentais. Partindo da constatação de que existe uma crescente crise no relacionamento entre a Rússia e o Ocidente, e salientando também as repercussões que a crise chechena está a ter ao nível interno, Buszynski chama a atenção para a preponderância que os conservadores nacionalistas estão a assumir. A política externa russa está a ser diariamente reformulada para que possa acomodar-se às reacções nacionalistas, quer relativamente ao Ocidente, quer no que diz respeito à integridade territorial russa. O Ocidente tem assim de compatibilizar a sua acção política com esta evolução russa, privilegiando sempre que possível a cooperação e os mecanismos de consulta, embora tornando claros os limites através de posições pacíficas mas firmes.

The Brown Journal of International Affairs

volume II, n.º 2, Verão de 1995

Três grandes temas dominam este número: o futuro da política externa dos EUA, a evolução da Rússia e, no que diz respeito à América Latina, a consolidação democrática e a integração económica. Entre aqueles que colaboram neste exemplar, contam-se muitas figuras conhecidas entre as quais, Ted Galen Carpenter, Claiborne Pell, Robert Jervis, Madeleine K. Albright, William J. Crowe, Jr., John M. Shalikashvili, Joseph S. Nye, Jr., Anders Aslund, Marshall I. Goldman, Eduard Shevardnadze, Gennady Zyuganov, Alexander YakovIev.

Particularmente interessante é o contributo de Ted Galen Carpenter, intitulado «Toward Strategic Independence: Protecting Vital American Interests», no qual o autor defende uma política externa isolacionista, apesar do relativo consenso actual no sentido contrário. Os EUA no pós-Guerra Fria devem ter como princípios teóricos e de acção declinar a participação nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, assim como reduzir os seus compromissos político-financeiros com a ONU, proceder a uma triagem das alianças nas quais estão envolvidos, rejeitar de forma clara o papel de polícia do mundo, quer seja actuando

unilateralmente, quer com aliados regionais e - segundo Carpenter o mais importante - os EUA devem deixar de actuar como o principal defensor do equilíbrio de poderes no sistema internacional, para serem antes o último garante do sistema. Se estes princípios não forem adoptados, inevitavelmente os norte-americanos cairão no erro de alargarem a sua esfera de influência para além das suas capacidades. De tudo isto decorre por exemplo que a NATO não deve ser alargada. A conclusão lógica do artigo surge quando Carpenter afirma que os EUA devem privilegiar como meio preferencial de acção intervenções unilaterais, as quais conferem independência estratégica aos EUA.

The National Interest

n.º 41, Outono de 1995

Richard N. Haass, no artigo «Foreign Policy by Posse», defende a tese de que os EUA devem prosseguir na sua política externa acções de âmbito multilateral. Haass distingue três tipos de multilateralismo, e considera benéfico para os norte-americanos optarem por um multilateralismo assente na construção de coligações de carácter temporário, com o intuito de fazer frente a desafios específicos, sendo um exemplo a coligação formada após a ocupação iraquiana do Kuwait. Essas «coligações de vontade», designadas também como o título do artigo indica por «Foreign Policy by Posse», teriam a participação dos Estados que tivessem vontade e capacidade para o fazer, com fins e objectivos concretos e limitados, sendo na maior parte dos casos dissolvidas uma vez cumprida a tarefa. A principal vantagem desta opção, segundo Haass, consiste na flexibilidade de que a política externa dos EUA passaria a dispor, numa altura em que a ordem internacional enfrenta o perigo da instabilidade.

A revisão da política externa norte-americana relativa à península coreana é advogada por Chalmers Johnson, em «Korea and Our Asia Policy». Johnson considera que essa presença tem elevados custos, mas não confere aos EUA credibilidade. A paz e a estabilidade não resultarão dessa presença militar norte-americanas, mas sim da emergência de um equilíbrio de poderes. Equilíbrio esse que envolve a ASEAN, o Japão, a República Popular da China, as Coreias e o Vietname, assim como a reavaliação da presença militar norte-americanas na península coreana.

De salientar ainda o artigo de Josef Joffe, intitulado «Is There Life After Victory? What NATO Can and Cannot Do». Segundo Joffe, a NATO continua a ter motivos para existir, mas não deve ser alargada, quer nas funções a desempenhar, quer no número de Estados membros. A NATO deve continuar a fornecer o que sempre foi a sua *raison d'être* ao longo da Guerra Fria, dissuasão e segurança.

The National Interest

n.º 42, Inverno de 1995/96

Se os EUA até há pouco tempo consideraram o conflito balcânico periférico, porquê agora considerá-lo determinante para o futuro da relação transatlântica?

Adam Garfinkle salienta em «Into the Shooting Gallery», as razões pelas quais a NATO nunca deveria ter intervindo na ex-Jugoslávia. Isto porque os resultados obtidos pela Aliança Atlântica na sua intervenção no conflito da Bósnia, poderão determinar a evolução do sistema de segurança europeia. Paralelamente, o futuro da NATO e em particular as possibilidades de proceder ao seu alargamento, poderão estar em risco. Garfinkle, Director Executivo desta publicação, critica a Administração Clinton — em particular Strobe Talbott e William Perry —, pelo facto de não manter uma posição clara e consistente ao longo destes quatro anos, relativamente a algumas das principais questões da política externa norte-americana. Para o autor, a Bósnia é mais um exemplo da ausência de uma estratégia que formule, defenda e conduza os interesses norte-americanos.

The Washington Quarterly

volume 18, n.º 4, Outono de 1995

A comparação do mandato de Bush com o actual mandato de Clinton em termos de promoção da democracia, ocorre em «Democracy Promotion Under Clinton», de Thomas Carothers. À excepção do Haiti, se compararmos Clinton e Bush, os EUA não aumentaram o ênfase dado à promoção da democracia. Este não é o princípio organizador da política externa norte-americana, como à primeira vista poderia parecer. Em função do contexto envolvente, o destaque dado à promoção da democracia varia. Os interesses económicos e de segurança dos EUA têm influência no papel atribuído ao discurso favorável à instituição de regimes democráticos.

Perante alguma inconsistência entre a formulação teórica e a acção, Carothers enuncia aqueles que considera nessa matéria os principais erros políticos. Uma utilização de forma retórica da promoção da democracia, a percepção errada de que os EUA facilmente podem influenciar a evolução política de outras sociedades, a colagem que se executa entre um líder de determinado Estado e o êxito (ou não) da democracia, o excessivo apoio a instituições formais em detrimento de valores e processos, e os projectos de apoio à democracia muitas vezes estão desenquadrados. Por último, fica a chamada de atenção de que a promoção da democracia não pode substituir com sucesso o papel ocupado pela doutrina da contenção durante a Guerra Fria.

Relativamente ao futuro das alianças dos EUA no novo quadro internacional, Robert A. Manning, ex-Conselheiro no Departamento de Estado para os Assuntos Asiáticos, em «Futureshock or Renewed Partnership? The U.S.-Japan Alliance Facing the Millenium», aponta a necessidade de rever a relação com o Japão, instituindo uma relação mais madura e de maior igualdade entre os parceiros. E necessária uma nova visão estratégica dessa relação, tal como será igualmente importante integrar a China no sistema internacional.

O ex-Secretário da Defesa, Harold Brown, em «Transatlantic Security», advoga a admissão em primeiro lugar dos Estados da Europa centro-oriental à UE, seguida de uma expansão gradual da NATO. Harold Brown afirma que «uma forma de procedimento seria a admissão simultânea dos países da Europa Central ao Mercado Único Europeu e uma extensão firme do estatuto de membro associado da NATO, sendo reforçados os compromissos do artigo IV respeitantes ao direito de consulta em caso de perceptíveis ameaças à segurança desses Estados». Num segundo passo, «quando a UE admitisse os Estados da Europa Central como membros, provavelmente com a admissão simultânea à UEO, seria então apropriado incorporar esses Estados como membros da NATO, com os correspondentes compromissos oriundos do artigo V». Refira-se que segundo Brown, «estes dois passos poderiam ter lugar respectivamente em 1998 e depois do fim do século».

Uma palavra ainda para um artigo de Udi Helman, intitulado «Sustainable Development: Strategies for Reconciling Environment and Economy in the Developing World», no qual se faz um resumo geral relativamente ao estado em que se encontra o estudo dessas matérias.

The Washington Quarterly

volume 19, n.º 1, Inverno de 1996

O Secretário Adjunto da Defesa para a Segurança Internacional, Joseph S. Nye, Jr., considera, em «Conflicts After the Cold War», que os norte-americanos estão perante uma conjuntura internacional completamente nova. O final da Guerra Fria deu origem a uma transição imprevisível, na medida em que não ocorreram nem uma confrontação militar, nem um acordo relativo à nova ordem que possamos considerar decisivos. Por outro lado, a ascensão e queda das grandes potências, as alterações tecnológicas, económicas e culturais, ocorrem hoje em dia muito mais rapidamente, o que pode gerar situações de desentendimento. Nye prevê ainda que os conflitos no futuro próximo não possuirão as mesmas características daqueles que ocorreram durante a Guerra Fria, os quais tinham uma componente fortemente ideológica.

Dividindo os conflitos em três tipos – conflitos entre grandes potências, conflitos regionais e conflitos comunitários –, Nye considera com maiores probabilidades de eclosão os conflitos de tipo comunitário,

nomeadamente em África e nos Estados da ex-URSS. E se em si poderão não ser muito importantes, podem no entanto alastrar aos Estados vizinhos, criando a longo prazo ameaças globais à segurança internacional. Por isso, os EUA devem intervir no sentido de limitar as possibilidades da sua eclosão, sem que isso signifique actuar como polícia global. Os norte-americanos apenas devem intervir quando os seus interesses estejam em causa, nomeadamente através de coligações internacionais.

World Policy Journal

volume XII, n.º 4, Inverno de 1995/96

Os moldes como actualmente se processa a ajuda humanitária constitui o tema abordado por David Rieff em «The Humanitarian Trapp». Actualmente pretende-se que a mesma desempenhe funções para as quais não tem poderes nem qualificações. Segundo Rieff, torna-se necessário levantar algumas reservas relativamente ao papel crescente que o auxílio humanitário tem vindo a desempenhar, numa altura em que atinge o seu máximo em termos de prestígio alcançado junto da opinião pública ocidental. A ajuda humanitária desenvolvida por inúmeras organizações não governamentais parece caminhar no sentido de progressivamente ir substituindo o envolvimento político dos países ocidentais. Por outras palavras, o apoio que os governos ocidentais têm vindo a prestar às acções de auxílio humanitário empreendidas por organizações não governamentais deve fazer-nos pensar. Isto porque a ajuda humanitária poderá estar a fornecer às grandes potências uma desculpa para se desvincularem politicamente da ajuda que elas mesmas deveriam realizar de governo para governo.

World Politics

volume 48, n.º 1, Outubro de 1995

O professor da Universidade de Columbia, David A. Baldwin, procura avaliar em «Security Studies and the End of the Cold War», o momento actual na investigação e pesquisa relacionadas com o estudo das questões sobre segurança enquanto área específica ou subcampo no estudo das relações internacionais. Baldwin defende o argumento de que conferir uma especificidade própria ao estudo das questões de segurança dentro das relações internacionais não é a perspectiva mais indicada para abordar as questões de segurança, antes devendo o seu estudo fazer-se no âmbito geral das relações internacionais. Isto porque a autonomia de que gozou o estudo das questões de segurança nas relações internacionais foi um produto da Guerra Fria, a sua importância variou consoante a evolução das tensões EUA/URSS e foi dominado pelas questões oriundas desse conflito.

No pós-Guerra Fria serão ameaças não militares internas e externas que dominarão as atenções daqueles que deverão defender a segurança nacional. A força militar parece ter-se transformado num meio menos adequado do que até agora havia sido para resolver os novos problemas emergentes. Para Baldwin, resta-nos agora repensar as teorias, os conceitos e os pressupostos utilizados para estudar a segurança nacional durante a Guerra Fria.

World Politics

volume 48, n.º 2, Janeiro de 1996

O ensaio de Robert Powell, professor de ciência política da Universidade da Califórnia, analisa a relação entre a guerra e a distribuição de poder. Em «Stability and the Distribution of Power», são utilizados modelos de jogos teóricos como quadro conceptual, os quais colocam dois Estados a negociar a revisão do *status quo* internacional, até que encontrem um resultado satisfatório para ambos, ou, alternativamente, até que uma das partes atinja um grau de pessimismo relativamente às possibilidades de obtenção de um acordo, que a leve a recorrer à força para impor uma nova ordem internacional. Nas palavras de Powell, «as probabilidades de ocorrer uma guerra resultam da relação entre a distribuição dos benefícios oriundos do *status quo* e a distribuição de poder». Assim, quando a disparidade entre os benefícios e o poder possuído é reduzida e a divisão de benefícios esperada através da utilização da força é semelhante à que existe com a actual distribuição de poder, nenhum Estado terá incentivos para utilizar a guerra como um meio para alterar o *status quo*. Contrariamente, se a disparidade for grande, então pelo menos um Estado poderá recorrer à força para alterar a ordem internacional. No entanto, estas conclusões têm algumas limitações como o próprio autor salienta. Powell apenas analisa situações que envolvam dois Estados, a distribuição de poder utilizada é fixa, o resultado da guerra será sempre ganhar ou perder tudo – não são tidas em conta soluções intermédias – e, por último, o resultado do acordo não é avaliado como podendo condicionar a distribuição de poder.